

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO**

Av. Historiador Rubens de Mendonça 1.205 – Baú, CEP 78.008-902

Cuiabá/MT - Tel. (65) 3927 9124; e-mail: cpl.srmt@dpf.gov.br

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. Aquisição de Água Potável/Mineral em garrafões plásticos de 20 litros, para atender às necessidades da **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso** e suas Delegacias Descentralizadas, bem como do órgão Participante **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento** - **UASG 130077,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **Descrição** | **CÓDIGO**  **CATMAT** | **UNIDADE** | **ÓRGÃO** | **QUANTIDADE** | **PREÇO**  **REFERÊNCIA**  **UNITÁRIO** |
| **1** | ÁGUA MINERAL  Entrega em CUIABÁ/MT | 332485 | Garrafão 20L | **SR/DPF/MT** | 2.880 | 8,16 |
| **2** | ÁGUA MINERAL  Entrega em CÁCERES/MT | 332485 | Garrafão 20L | **SR/DPF/MT** | 600 | 8,00 |
| **SFA/MT** | **120** | **8,00** |
| **3** | ÁGUA MINERAL  Entrega em RONDONÓPOLIS/MT | 332485 | Garrafão 20L | **SR/DPF/MT** | 600 | 8,60 |
| **4** | ÁGUA MINERAL  Entrega em SINOP/MT | 332485 | Garrafão 20L | **SR/DPF/MT** | 600 | 9,75 |
| **5** | ÁGUA MINERAL  Entrega em BARRA DO GARÇAS/MT | 332485 | Garrafão 20L | **SR/DPF/MT** | 600 | 13,87 |
| **ÓRGÃO GERENCIADOR: UASG 200374 – SR/DPF/MT**  **Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso** | | | | | | **R$ 47.632,80** |
| **ÓRGÃO PARTICIPANTE: UASG 130077 – SFA/MT**  **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** | | | | | | **R$ 960,00** |
| **VALOR GERAL ESTIMADO (Órgão Gerenciador + Participantes):**  **R$ 48.592,80 (quarenta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).** | | | | | | |

**OBS: Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.**

* 1. **Especificações detalhadas:**
     1. Água mineral, fluoretada, sem glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame retornável de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, tampa, lacre etc, em conformidade com a Portaria MS. N.º 2.914/2011.
     2. O fornecimento da água mineral e o vasilhame deverá atender ao disposto nas normas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e especificamente, na Portaria/DNPM nº 387/2008, alterada pela 358/2009, com as alterações posteriores, ou outra que vier substituí-la.
     3. O transporte, distribuição, armazenamento e comércio de Água Mineral deverá atender o que dispõe a Resolução da ANVISA RDC nº 06, 11 de dezembro de 2002.
     4. **O pagamento será mensal e relativo às entregas realizadas no mês anterior.**

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. A aquisição visa abastecer a Sede da **Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso e suas Delegacias Descentralizadas**, bem como do órgão Participante **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento,** com água mineral/potável, atendendo as necessidades de seu público interno e externo nos próximos meses.
   2. Os quantitativos constantes do item **1** foram baseados nos consumos dos últimos 03 anos na SR/DPF/MT.
   3. O Registro de Preços proporcionará o atendimento da demanda acima descrita, sem, no entanto exigir a manutenção de elevados estoques.
2. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. A descrição dos bens a serem adquiridos foi realizada de forma objetiva, de acordo com as especificações usuais no ramo de mercado pertinente, enquadrando-se, portanto, na classificação bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.
3. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
   1. O prazo de entrega dos bens é de **24 (vinte e quatro) horas**, mediante solicitação ou 03 vezes na semana, nos seguintes endereços:

* **Item 1.** - Edifício – Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, situada a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú, Cuiabá-MT, telefone (65) 3927 9236/9307 (NAD/SR/DPF/MT);
* **Item 2.** - Delegacia de Cáceres à Av. Getúlio Vargas, 2125 – COC, telefone (65) 3211-6300;
* **Item 2.** – UVAGRO/SAF/MT à Rua São Jorge, 57, Bairro Cavalhada, Cáceres/MT;
* **Item 3** – Delegacia de Rondonópolis à Rua Sete de Setembro, 558 – Vila Birigui, telefone (66) 3439-6200;
* **Item 4** – Delegacia de Sinop à Av. das Figueiras, 1115 – Centro, telefone (66) 3511-8200;
* **Item 5** – Delegacia de Barra do Garças à Rua Simião Arraia, 377 – Centro, telefone (66) 3402-3100;
  1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo IMEDIATO, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
  2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.
     1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
  4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. São obrigações da Contratante:
      1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
   2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
   3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, respeitando a: **marca ofertada, procedência e prazo de garantia ou validade etc;**
         1. os materiais devem estar devidamente acondicionados em embalagem apropriada e revestir das características e especificações mínimas descritas no item **1.2** deste Termo de Referência.
      2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
      7. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas com o frete, transportes, seguro e demais custos advindos da entrega de qualquer material requisitado.
3. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
4. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
5. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
      1. O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
6. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
      3. multa compensatória de **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
      4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Cuiabá/MT, 26 de março de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Carla Alessandra Batista Blasi**

Agente Administrativo

Chefe do NAD/SELOG/SR/DPF/MT

***DE ACORDO***

EM: \_\_\_/\_\_\_\_ 2015

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Alessandra Rodrigues de Oliveira**

Administradora

Chefe do SELOG/SR/MT

**APROVAÇÃO:**

A Administração deve prover os meios necessários e adequados para que seus servidores possam desempenhar suas funções com tranquilidade, segurança e saúde, de modo que o fornecimento de água potável ou mineral própria para consumo é uma necessidade que deve ser atendida com esta licitação.

Nos termos do inciso II do art. 9º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Marcos Antônio Farias**

Superintendente RegionaI